



JUCESP PROTOCOLO  
0.854.901/15-2



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,  
DA EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.

CELEBRADO ENTRE

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.  
COMO EMISSORA,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO.

DATADO DE 17 DE AGOSTO DE 2015





# JUCESP

## 03 03 18

como seus termos e condições, e da Oferta, pela Emissora, das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 5.2) para distribuição pública, com os benefícios tributários de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 12.431 para as Debêntures da Terceira Série (conforme definidas na Cláusula 5.2) e para as Debêntures da Quarta Série (conforme definidas na Cláusula 5.2), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas", datado de 1º de abril de 2015 ("Código ANBIMA de Atividades Conveniadas"), e do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" datado de 03 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA de Ofertas"); e (ii) a autorização expressa para que a Diretoria da Emissora pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à: (a) formalização, efetivação e administração das deliberações da reunião de seu Conselho de Administração para a realização da Emissão e da Oferta, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao aditamento à Escritura de Emissão que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Cláusula 5.10); e (b) formalização e efetivação da contratação dos Coordenadores (conforme definidos na Cláusula 5.8), dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como escriturador mandatário, banco liquidante, CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos ("RCA Emissora").

## CLÁUSULA II

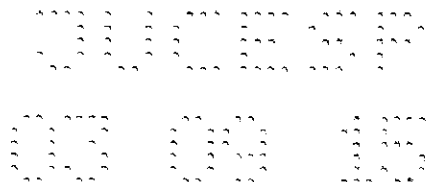
### REQUISITOS

**2.1.** A Emissão e a distribuição pública das Debêntures será realizada sob os regimes de: (i) garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definidas na Cláusula 5.11"i") e as Debêntures Adicionais (conforme definidas na Cláusula 5.11"ii"); e (ii) melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais, observado o disposto na Cláusula 5.8 desta Escritura de Emissão ("Oferta"), e serão realizadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 471, com observância dos seguintes requisitos:

**2.1.1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DE RCA EMISSORA.** A ata da RCA Emissora de que trata a Cláusula 1.1 desta Escritura de Emissão será devidamente arquivada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como divulgada no sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM – Sistema IPE, no site [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), e na página da Emissora na rede internacional de computadores ([www.edp.com.br/ri](http://www.edp.com.br/ri)).

**2.1.2. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO E SEUS ADITAMENTOS NA JUCESP.** Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") deverão ser arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que 1 (uma) via original dos mesmos, devidamente arquivada na JUCESP, deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário tempestivamente após o referido arquivamento na JUCESP.





### **CLÁUSULA III**

#### **OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

**3.1.** A Emissora, de acordo com o artigo 4º de seu estatuto social, tem por objeto social: **(a)** participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil e/ou no exterior; **(b)** gerir ativos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; **(c)** estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e **(d)** prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil e/ou no exterior.

### **CLÁUSULA IV**

#### **DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

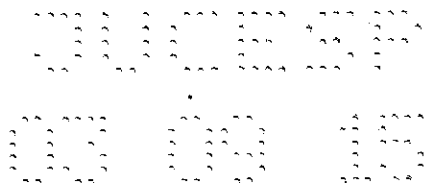
**4.1. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE E DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE.** Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série (conforme definidas na Cláusula 5.2), incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, e das Debêntures da Segunda Série (conforme definidas na Cláusula 5.2), incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, serão utilizados para realização, pela Emissora, do resgate antecipado obrigatório da *"1ª (Primeira) Emissão de Notas Promissórias Comerciais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Série Única, da EDP – Energias do Brasil S.A."*, emitidas pela Emissora em 30 de março de 2015 (*"1ª Emissão de Notas Promissórias"*), conforme tabela abaixo, e observado o disposto nas Cláusulas 4.1.1 a 4.1.3:

Valor Mobiliário	Data de Emissão	Data de Vencimento	Taxa de Juros	Valor a Pagar (Principal e Juros estimados em 02/10/2015) – R\$
1ª Emissão de Notas Promissórias <sup>(1) (2)</sup>	30.03.2015	24.03.2016	CDI + 1,60%	806.965.699,50
<b>Total</b>				<b>806.965.699,50</b>

<sup>(1)</sup> Os recursos líquidos obtidos por meio da 1ª Emissão de Notas Promissórias foram utilizados pela Emissora para a: (i) liquidação de debêntures emitidas pela Emissora; e (ii) investimentos em projetos da Emissora.

<sup>(2)</sup> A 1ª Emissão de Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00 foi emitida em 30 de março de 2015, com data de vencimento em 24 de março de 2016. O valor nominal unitário desta 1ª Emissão de Notas Promissórias não possui atualização monetária, e sua remuneração corresponde à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de um spread de 1,60% ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias desde a data de emissão (inclusive) até a data de vencimento (exclusive), até a data do efetivo pagamento.

**4.1.1.** Caso os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Primeira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, e das Debêntures da Segunda Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, não sejam suficientes para realização, pela Emissora, do resgate antecipado obrigatório da 1ª Emissão de Notas Promissórias da Emissora, a Emissora utilizará recursos provenientes de financiamentos por outras instituições financeiras e/ou geração de caixa próprio para a realização do resgate antecipado obrigatório da 1ª Emissão de Notas Promissórias da Emissora.

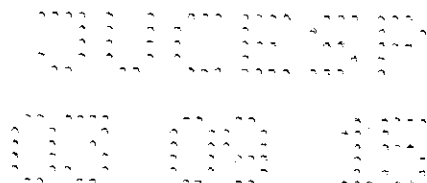


4.1.2. Em caso de excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de *Bookbuilding* com relação as Debêntures da Primeira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, e as Debêntures da Segunda Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, deverá ser observado o disposto no plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores quanto a alocação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série entre o Público Alvo da Oferta (conforme definido na Cláusula 5.10.4).

4.1.3. Tendo em vista que a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá ser acrescida das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais, os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Primeira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, e das Debêntures da Segunda Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, que excederem o necessário para o resgate antecipado obrigatório acima mencionado serão utilizados pela Emissora para reforço de caixa.

**4.2. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE E DAS DEBÊNTURES DA QUARTA SÉRIE.** Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º-B, da Lei 12.431, e observados os requisitos e condições estabelecidos pelo CMN, conforme competência a ele outorgada pela Lei 12.431, nos termos da Resolução CMN 3.947 ou norma posterior que a altere, substitua ou complemente, e tendo em vista o enquadramento dos Projetos de suas SPEs como projetos prioritários pelo MME, nos termos artigo 2º, inciso III, do Decreto 7.603, quais sejam: (i) SPE São Manoel, conforme Portaria nº 188 mencionada na Cláusula 2.1.6, com capacidade instalada total de 700 MW, localizada nas Cidades de Paranaitá e Jacareacanga, respectivamente nos Estados do Mato Grosso e Pará ("Projeto São Manoel"); e (ii) SPE Caldeirão, conforme Portaria nº 382 mencionada na Cláusula 2.1.6, com capacidade instalada total de 219 MW, localizada na Cidade de Ferreira Gomes, Estado do Amapá ("Projeto Caldeirão" e, em conjunto com o Projeto São Manoel, "Projetos"); os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures da Terceira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, e das Debêntures da Quarta Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, serão utilizados exclusivamente para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao Projeto São Manoel e ao Projeto Caldeirão, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta, nos termos da Lei 12.431. Os recursos líquidos captados pelas Debêntures da Terceira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, e pelas Debêntures da Quarta Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, serão limitados a R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), uma vez que referido montante trata-se do valor limite de recursos financeiros captados na Oferta para os Projetos ("Limite de Alocação").

4.2.1. Uma vez que os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Terceira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou



das Debêntures Adicionais nesta série, e das Debêntures da Quarta Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, observado o Limite de Alocação, não serão suficientes para a conclusão dos Projetos, a Emissora utilizará outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais para a realização dos Projetos.

4.2.2. Tendo em vista que a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá ser acrescida das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais, e considerando que os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Terceira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, e das Debêntures da Quarta Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, não poderão exceder o Limite de Alocação, em caso de excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de *Bookbuilding* com relação as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série, deverá ser observado o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores quanto a alocação das Debêntures da Terceira e das Debêntures da Quarta Série entre o Público Alvo da Oferta.

#### **4.3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS:**

##### **4.3.1. PROJETO SÃO MANOEL:**

Objetivo: SPE São Manoel, tem por objeto social o propósito específico de, direta ou indiretamente, implantar e explorar o potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica São Manoel e comercializar a energia elétrica nela gerada e ainda exercer outras ações que possam, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. Pertencente ao grupo econômico CWEI BR, EDP BR e Furnas Centrais Elétricas S.A., com sede à Rua Real Grandeza, 274, Bairro do Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.281-036.

Fase Atual: O Projeto São Manoel encontra-se em curso, tendo sido iniciado em agosto de 2014, de modo que atualmente encontra-se em 14% (quatorze por cento) de sua evolução física, com estimativa para encerramento em maio de 2018.

Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto São Manoel: R\$2.700.000.000,00 (dois bilhões e setecentos milhões de reais).

Percentual que se estima captar com a Oferta, frente às necessidades de recursos financeiros do Projeto São Manoel: 10,37% (dez inteiros e trinta e sete centésimos por cento) do volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto São Manoel, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais. Os recursos necessários para a conclusão do Projeto São Manoel poderão decorrer de uma combinação de recursos líquidos que a Emissora vier a captar por meio da Oferta com outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais.

Percentual decorrente dos recursos líquidos a serem captados pelas Debêntures da Terceira Série e pelas Debêntures da Quarta Série, que se estima alocar no Projeto São Manoel: 50,90% (cinquenta inteiros e noventa centésimos por cento).



#### 4.3.2. **PROJETO CALDEIRÃO:**

**Objetivo:** Realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Emissora poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

**Fase Atual:** O Projeto Cachoeira Caldeirão encontra-se em curso, tendo sido iniciado em agosto de 2013, de modo que atualmente encontra-se em 84,80% (oitenta e quatro inteiros e oitenta centésimos por cento) de sua evolução física, com estimativa para encerramento em março de 2016.

**Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Caldeirão:** R\$1.287.900.000,00 (um bilhão, duzentos e oitenta e sete milhões e novecentos mil reais).

**Percentual que se estima captar com a Oferta, frente às necessidades de recursos financeiros do Projeto Caldeirão:** 20,96% (vinte inteiros e noventa e seis centésimos por cento) do volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Caldeirão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais. Os recursos necessários para a conclusão do Projeto Caldeirão poderão decorrer de uma combinação de recursos líquidos que a Emissora vier a captar por meio da Oferta com outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais.

**Percentual decorrente dos recursos líquidos a serem captados pelas Debêntures da Terceira Série e pelas Debêntures da Quarta Série, que se estima alocar no Projeto Caldeirão:** 49,10% (quarenta e nove inteiros e dez centésimos por cento).

### **CLÁUSULA V** **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA**

**5.1. NÚMERO DA EMISSÃO.** A presente Emissão constitui a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

**5.2. NÚMERO DE SÉRIES.** A Emissão será realizada em até 4 (quatro) séries, sendo as Debêntures objeto da Emissão distribuídas no âmbito da: (i) primeira série denominadas "Debêntures da Primeira Série" e os titulares das Debêntures da Primeira Série, "Debenturistas da Primeira Série"; (ii) segunda série denominadas "Debêntures da Segunda Série" e os titulares das Debêntures da Segunda Série, "Debenturistas da Segunda Série"; (iii) terceira série denominadas "Debêntures da Terceira Série" e os titulares das Debêntures da Terceira Série, "Debenturistas da Terceira Série"; e (iv) quarta série denominadas "Debêntures da Quarta Série", e em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série, "Debêntures" e os titulares das Debêntures da Quarta Série, "Debenturistas da Quarta Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série, "Debenturistas".

**5.3. VALOR TOTAL DA EMISSÃO.** O valor total da Emissão será de R\$750.000.000,00 (setecentos e



cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 6.2), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais ("Valor Total da Emissão").

**5.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES.** Serão emitidas, inicialmente, 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das séries da Emissão será definida em sistema de vasos comunicantes, de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Cláusula 5.10, observado que: (i) o somatório das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série não poderá exceder a quantidade total prevista nesta Cláusula, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o somatório das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, não poderá exceder o Limite de Alocação.

5.4.1. Qualquer uma das séries poderá não ser emitida, conforme o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* de modo que a Emissão poderá ocorrer em uma, duas, três ou quatro séries.

**5.5. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO.** Para fins da presente Emissão, o banco liquidante e o escriturador mandatário das Debêntures será o **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escrutador Mandatário").

**5.6. AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.** A agência de classificação de risco das Debêntures será a Moody's América Latina Ltda. ("Moody's"), com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.551, 16º andar, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05 ("Agência de Classificação de Risco"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Agência de Classificação de Risco na prestação de tais serviços. Caso a Emissora deseje alterar, a qualquer tempo, a Agência de Classificação de Risco ou a Agência de Classificação de risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora poderá substituí-la, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, desde que sua substituta seja a Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. ou a Fitch Ratings Brasil Ltda. Para a substituição da Agência de Classificação de Risco por qualquer outro classificador de risco que não aqueles mencionados nesta Cláusula, haverá necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definidas na Cláusula 6.3.2), observada as disposições da Cláusula XII desta Escritura de Emissão.

**5.7. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO.** Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

**5.8. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO.** As Debêntures serão objeto de oferta de distribuição pública, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Colocação da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Quatro Séries, sob o Regime Misto de Colocação, da EDP – Energias do Brasil S.A.” (“Contrato de Distribuição”), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”, entre os quais a instituição intermediária

líder da Oferta), sob os regimes de: (i) garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

5.8.1. Observadas as disposições da regulamentação aplicável, será utilizado o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do Público Alvo da Oferta; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplares do: (a) "Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Quatro Séries, da Quarta Emissão da EDP – Energias do Brasil S.A." ("Prospecto Preliminar"); e (b) "Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Quatro Séries, da Quarta Emissão da EDP – Energias do Brasil S.A." ("Prospecto Definitivo" e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos", sendo que qualquer referência a "Prospecto" no âmbito da Oferta é também uma referência a seus anexos e documentos a ele incorporados por referência), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º, inciso III, do artigo 33 da Instrução CVM 400. A Oferta não contará com esforços de colocação no exterior.

5.8.2. A colocação pública das Debêntures somente ocorrerá após: (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula II desta Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA; (iv) a divulgação do anúncio de início de oferta pública de distribuição de debêntures da quarta emissão da EDP – Energias do Brasil S.A., nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400, o qual será elaborado nos termos dos artigos 23, parágrafo 2º e 52 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Início"); e (iv) a disponibilização do Prospecto Definitivo, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400.

5.8.3. O valor mínimo de subscrição da Oferta é de R\$1.000,00 (mil reais). Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta.

**5.9. PRAZO DE COLOCAÇÃO.** Observados o disposto na Cláusula 5.8.2 desta Escritura de Emissão, os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures após a divulgação do Anúncio de Início e até 15 de novembro de 2015 ("Prazo de Colocação"). Após a colocação das Debêntures durante o Prazo de Colocação, será divulgado o respectivo anúncio de encerramento de oferta pública de distribuição de debêntures da quarta emissão da EDP – Energias do Brasil S.A., nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400, o qual será elaborado nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Encerramento").

**5.10. PROCEDIMENTO DE BOOKBUILDING.** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, mediante a verificação, com os potenciais





à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures originalmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, até a data de divulgação do Anúncio de Início. A critério conjunto dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser alocadas em qualquer uma das séries das Debêntures, observadas as disposições da legislação aplicável e observado o Limite de Alocação para as Debêntures da Terceira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série, e/ou para as Debêntures da Quarta Série incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais nesta série.

5.11.1. Caso ocorra o aumento da quantidade de Debêntures originalmente ofertada, conforme previsto na Cláusula 5.11 acima, esta Escritura de Emissão deverá ser ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitida, mediante a celebração de Aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivada na JUCESP, nos termos da Cláusula 2.1.2 desta Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

**5.12. PRAZO DE SUBSCRIÇÃO.** As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, dentro do Prazo de Colocação.

**5.13. FORMA DE SUBSCRIÇÃO.** As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, bem como com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição.

**5.14. FORMA E PREÇO DE INTEGRALIZAÇÃO.** As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, sendo que as: (i) Debêntures da Primeira Série serão integralizadas em uma única data ("Data de Integralização da Primeira Série"); (ii) Debêntures da Segunda Série serão integralizadas em uma única data, que poderá ser a Data de Integralização da Primeira Série ou o Dia Útil subsequente ("Data de Integralização da Segunda Série"); (iii) Debêntures da Terceira Série serão integralizadas em uma única data, que poderá ser a Data de Integralização da Primeira Série, ou a Data de Integralização da Segunda Série ou o Dia Útil subsequente ("Data de Integralização da Terceira Série"); e (iv) Debêntures da Quarta Série serão integralizadas em uma única data, que poderá ser a Data de Integralização da Primeira Série, ou a Data de Integralização da Segunda Série, ou a Data de Integralização da Terceira Série, ou o Dia Útil subsequente ("Data de Integralização da Quarta Série") e, em conjunto com a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série e a Data de Integralização da Terceira Série, "Data de Integralização").

5.14.1. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Integralização"), sendo as: (i) Debêntures da Primeira Série integralizadas pelo Preço de Integralização; (ii) Debêntures da Segunda Série integralizadas pelo Preço de Integralização; (iii) Debêntures da Terceira Série integralizadas pelo Preço de Integralização; e (iv) Debêntures da Quarta Série integralizadas pelo Preço de Integralização, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA.



não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau (segundo grau) de cada uma das pessoas referidas neste item "c". Adicionalmente, ainda para fins desta Escritura de Emissão e de quórum de assembleia da presente Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação", as Debêntures da Primeira Série em Circulação, as Debêntures da Segunda Série em Circulação, as Debêntures da Terceira Série em Circulação e as Debêntures da Quarta Série em Circulação quando consideradas em conjunto.

**6.4. ESPÉCIE.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificarão bens para garantir eventual execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

**6.5. FORMA, TIPO E CONVERSIBILIDADE.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados ou cautelas.

**6.6. COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES.** A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA em nome do Debenturista, enquanto as Debêntures estiverem depositadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

**6.7. GARANTIA.** As Debêntures não contarão com quaisquer garantias.

**6.8. DIREITO DE PREFERÊNCIA.** Não haverá qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures.

**6.9. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS DEBÊNTURES**

**6.9.1. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE E DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não serão objeto de atualização monetária.

**6.9.2. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE E DAS DEBÊNTURES DA QUARTA SÉRIE.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série ou, se for o caso, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir da Data de Integralização até a integral liquidação das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$











conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio de Aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.10.1.1. A Remuneração da Primeira Série será incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização da Primeira Série ou da última Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série (conforme definida na Cláusula 6.12.1), conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme definido na Cláusula 6.11), até a Data de Vencimento da Primeira Série (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série em razão da ocorrência de uma das hipóteses de vencimento antecipado, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total, ou ainda na hipótese de Oferta de Resgate Antecipado, conforme aplicável), e será calculada de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, no início de cada Período de Capitalização da Primeira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = (Fator DI \times Fator Spread)$$

onde:

Fator DI = produtório dos fatores das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização da Primeira Série, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração da Primeira Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização da Primeira Série, sendo "n" um número inteiro; e

DI-Over

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*spread* = A ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização da Primeira Série ou a última Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

6.10.1.2. Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures da Primeira Série aqueles que sejam Debenturistas da Primeira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de

pagamento.

**6.10.2. REMUNERAÇÃO DA SEGUNDA SÉRIE.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de um *spread* máximo de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração da Segunda Série"). A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração da Segunda Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio de Aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.10.2.1. A Remuneração da Segunda Série será incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização da Segunda Série ou da última Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série (conforme definida na Cláusula 6.12.2), conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures, até a Data de Vencimento da Segunda Série (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série em razão da ocorrência de uma das hipóteses de vencimento antecipado, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total, ou ainda na hipótese de Oferta de Resgate Antecipado, conforme aplicável), e será calculada de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, no início de cada Período de Capitalização da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório dos fatores das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização da Segunda Série, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração da Segunda Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

$k$  = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até “ $n$ ”;

$n$  = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização da Segunda Série, sendo “ $n$ ” um número inteiro; e

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI-Over de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*spread* = A ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização da Segunda Série ou a última Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas

P

H

EDP  
Diretoria Juridica

W

23





030859  
03 03 15

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

Taxa = A ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização da Terceira Série ou Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

6.10.3.2. Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures da Terceira Série aqueles que sejam Debenturistas da Terceira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento.

**6.10.4. REMUNERAÇÃO DA QUARTA SÉRIE.** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios correspondentes: (i) à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA<sup>+</sup>, com vencimento em 2024, acrescida de um *spread* máximo de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; ou (ii) a uma taxa máxima de 7,95% (sete inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano; a maior entre as duas, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A taxa interna de retorno do Tesouro IPCA<sup>+</sup> deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA, apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração da Quarta Série" e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série e a Remuneração da Terceira Série, "Remuneração das Debêntures"). A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração da Quarta Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio de Aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.10.4.1. A Remuneração da Quarta Série será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série, conforme aplicável, *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização da Quarta Série ou da última Data de Pagamento da Remuneração da Quarta Série (conforme definida na Cláusula 6.12.4), conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures, até a Data de Vencimento da Quarta Série (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Série em razão da ocorrência de uma das hipóteses de vencimento antecipado, ou ainda na hipótese de Oferta de Resgate Antecipado, conforme aplicável, e no que se refere as formas de resgate no caso das Debêntures da Quarta Série somente após transcorridos 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, e desde que legalmente permitido), e será calculada de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

Year	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099																																																																																																																																																																																																																																						
1990	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Taxa = A ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais;

6.10.4.2. Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures da Quarta Série aqueles que sejam Debenturistas da Quarta Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento.

**6.12. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES.** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures ou de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, e de Oferta de Resgate Antecipado, estabelecidas nas Cláusulas 8.1, 7.2 e 7.3 desta Escritura de Emissão, respectivamente (sendo que no que se refere a realização da Oferta de Resgate Antecipado no caso das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série somente após transcorridos 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, e desde que legalmente permitido), a Remuneração das Debêntures de cada série será apurada nas datas indicadas abaixo.

26



4

6.12.3. **PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DA TERCEIRA SÉRIE.** O pagamento efetivo da Remuneração da Terceira Série será feito em parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de março e setembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2016 e o último na Data de Vencimento da Terceira Série ("Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série").

**6.13. AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES.** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série ou de Amortização Antecipada Facultativa Parcial (conforme definida na Cláusula 7.2) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, e de Oferta de Resgate Antecipado, estabelecidas nas Cláusulas 8.1, 7.2 e 7.3 desta Escritura de Emissão, respectivamente, as Debêntures serão amortizadas conforme os cronogramas dispostos na Cláusula 6.13.1 a 6.13.4 abaixo.

Parcela	Valor	Data de Amortização
1ª	50,0000% do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série.	15 de setembro de 2017
2ª	Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série.	15 de setembro de 2018

27



SECRETARIA DE  
ESTADO

Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série no 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, em 15 de setembro de 2019, e (ii) a última parcela correspondente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série na Data de Vencimento da Segunda Série, conforme tabela abaixo:

Parcela	Valor	Data de Amortização
1ª	50,0000% do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.	15 de setembro de 2019
2ª	Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.	15 de setembro de 2020

6.13.3. **AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE.** Observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo: (i) a primeira parcela no valor de 33,3300% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série no 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, em 15 de setembro de 2019, (ii) a segunda parcela no valor de 33,3300% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série no 60º (sexagésimo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, em 15 de setembro de 2020; e (iii) a última parcela correspondente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série na Data de Vencimento da Terceira Série, conforme tabela abaixo:

Parcela	Valor	Data de Amortização
1ª	33,3300% do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série.	15 de setembro de 2019
2ª	33,3300% do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série.	15 de setembro de 2020
3ª	Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série.	15 de setembro de 2021

6.13.4. **AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA QUARTA SÉRIE.** Observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo: (i) a primeira parcela no valor de 33,3300% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série no 84º (octogésimo quarto) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, em 15 de setembro de 2022, (ii) a segunda parcela no valor de 33,3300% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série no 96º (nonagésimo sexto) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, em 15 de setembro de 2023; e (iii) a última parcela correspondente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série na Data de Vencimento da Quarta Série, conforme tabela abaixo:

Parcela	Valor	Data de Amortização
1ª	33,3300% do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série.	15 de setembro de 2022
2ª	33,3300% do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série.	15 de setembro de 2023
3ª	Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série.	15 de setembro de 2024







7.2.2. O valor do resgate antecipado ou da amortização devido pela Emissora será equivalente: (i) para as Debêntures da Primeira Série, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser resgatado ou amortizado acrescido da Remuneração da Primeira Série e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Integralização da Primeira Série ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série até a data do efetivo resgate ou da efetiva amortização ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série", "Valor da Amortização Antecipada da Primeira Série", "Data do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série" e "Data de Amortização Antecipada da Primeira Série", respectivamente), acrescido do Prêmio da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 7.2.5); e (ii) para as Debêntures da Segunda Série, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser resgatado ou amortizado acrescido da Remuneração da Segunda Série e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Integralização da Segunda Série ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série até a data do efetivo resgate ou da efetiva amortização ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série" e, em conjunto com o Valor do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, "Valor do Resgate Antecipado Facultativo", "Valor da Amortização Antecipada da Segunda Série" e, em conjunto com o Valor da Amortização Antecipada da Primeira Série, "Valor de Amortização Antecipada", "Data do Resgate Antecipado Facultativo da Segunda Série" e, em conjunto com a Data do Resgate Antecipado Facultativo da Primeira Série, "Data do Resgate Antecipado Facultativo" e "Data da Amortização Antecipada da Segunda Série" e, em conjunto com a Data da Amortização Antecipada da Primeira Série, "Data da Amortização Antecipada", respectivamente), acrescido do Prêmio da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 7.2.6).

7.2.4. O pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser realizado na data indicada na Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total, e as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série resgatadas deverão ser canceladas, utilizando-se os

P

H



Figure 1 consists of a 3x3 grid of scatter plots. The rows are labeled 'Number of children' (1, 2, 3) and the columns are labeled 'Number of children in the household' (1, 2, 3). Each plot shows a positive correlation between the two variables. The plots are arranged in a grid with the following structure:

	1	2	3
1			
2			
3			

7.2.4.2. No caso da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, o Valor Nominal Unitário a ser amortizado nas datas da amortização e os Juros Remuneratórios a serem pagos proporcionalmente serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, na data do pagamento da respectiva amortização.

<b>Data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Antecipada Facultativa Parcial da Primeira Série (contado da Data de Emissão)</b>	<b>Prêmio</b>
Do início do 25º mês até o final do 36º mês	0,2000% (flat)

<b>Data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Antecipada Facultativa Parcial da Segunda Série (contado da Data de Emissão)</b>	<b>Prêmio</b>
Do início do 25º mês até o final do 36º mês	0,6000% (flat)
Do início do 37º mês até o final do 48º mês	0,4000% (flat)
Do início do 49º mês até o final do 60º mês	0,2000% (flat)

**7.3. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO.** A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo (sendo que no tocante as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série somente após transcorridos 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão, e desde que legalmente permitido), oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures ("Debêntures Alvo"), endereçada a todos os Debenturistas ("Debenturistas Alvo"), sendo assegurado a todos os Debenturistas Alvo igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada em conformidade com o disposto nesta Cláusula.

33



2

de Oferta de Resgate Antecipado”), com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: **(i)** se a Oferta de Resgate Antecipado será da totalidade das Debêntures Alvo ou se será parcial observado que, neste último caso, o procedimento para resgate parcial será realizado mediante sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 7.3.2 desta Escritura de Emissão, caso a quantidade de debêntures vinculada a oferta seja maior que a quantidade de debêntures pretendida pela Emissora; **(ii)** o percentual a ser aplicado do prêmio de resgate, caso exista; **(iii)** a forma de manifestação dos Debenturistas Alvo que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; **(iv)** data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures Alvo aos Debenturistas Alvo; **(v)** se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures Alvo; e **(vi)** demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas Alvo.

7.3.2. Após a publicação do Aviso de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas Alvo que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, no prazo disposto no Aviso de Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que os Debenturistas Alvo terão no máximo 10 (dez) dias para se manifestar a contar da publicação do Aviso de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final desse prazo, a Emissora terá 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures Alvo serão resgatadas em uma única data. Fica definido que para as Debêntures depositadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado parcial ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas Alvo, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures Alvo a serem resgatadas pela Emissora, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, sendo certo que o sorteio será coordenado pelo Agente Fiduciário.

7.3.3. A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de debêntures a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Aviso de Oferta de Resgate Antecipado.

7.3.4. A Emissora deverá: **(a)** na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e **(b)** comunicar à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado.

7.3.5. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures Alvo, conforme caso, acrescido: **(i)** da Remuneração das Debêntures Alvo de cada série devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado, calculada nos termos desta Escritura de Emissão; e **(ii)** de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, o qual não poder ser negativo.

7.3.6. Caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o

Figure 1 shows a 3D visualization of the 1000-dimensional data space. The data points are clustered into three groups: a blue cluster at the top, a green cluster in the middle, and a red cluster at the bottom. The axes are labeled  $x_1$ ,  $x_2$ , and  $x_3$ .

**7.3.8. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.**

## **CLÁUSULA VIII**

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data do respectivo vencimento;
- (b) protesto de títulos contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa fé e/ou não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias contados de sua intimação. Para fins deste item e desta Escritura de Emissão, entende-se por “Controladas Relevantes”, qualquer controlada da Emissora que venha a representar 20% (vinte por cento) ou mais da receita consolidada da Emissora, além das companhias controladas da Emissora, quais sejam: (i) Bandeirante Energia S.A.; (ii) Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESELSA; e (iii) Enerpeixe S.A., ficando claro que, independentemente da margem de contribuição à receita da Emissora, a EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. não será em nenhum caso considerada uma controlada relevante;
- (c) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora ou pelas Controladas Relevantes, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (d) arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos da Emissora, e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais);
- (e) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;

H

- (f) recebimento de qualquer notificação de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais, desde que também, a critério dos titulares das Debêntures, seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Oferta;
- (g) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora, sentença transitada em julgado ou qualquer outra decisão definitiva e não passível de recurso em processo semelhante contra a Emissora, e/ou suas Controladas Relevantes, por valor individual ou agregado, que seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, desde que a Emissora não comprove ao Agente Fiduciário o pagamento, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a partir do referido inadimplemento, do referido valor agregado, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão;
- (h) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, e/ou suas Controladas Relevantes, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- (i) inadimplemento, a partir da presente data, pela Emissora, e/ou suas Controladas Relevantes, de qualquer obrigação pecuniária, dívidas financeiras e/ou qualquer outra obrigação devida segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- (j) mudança, transferência ou cessão, do controle acionário direto da Emissora, sem prévia anuência dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, salvo se por determinação legal ou regulatória;
- (k) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pelas Controladas Relevantes, e que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora;
- (l) falta de cumprimento pela Emissora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 10 (dez) dias contados da data em que a Emissora receber aviso efetuado pelo Agente Fiduciário;
- (m) não manutenção, pela Emissora, do índice financeiro indicado a seguir, o qual deverá ser apurado semestralmente, sendo a primeira apuração com base nas informações financeiras do semestre/exercício social findo em 31 de dezembro de 2015:
  - relação entre a Dívida Financeira Líquida Consolidada e o EBITDA, calculada com base nos demonstrativos consolidados da Emissora, que não poderá ser superior a 3,50 (três inteiros e cinquenta décimos) vezes.

Para os fins da presente Escritura de Emissão, considera-se:

"Dívida Financeira Líquida Consolidada", a soma de Financiamentos de Curto Prazo, Duplicatas Descontadas, Debêntures de Curto Prazo, Financiamentos de Longo Prazo e Debêntures de Longo Prazo, menos o resultado da soma de disponibilidade em caixa e saldos de aplicações financeiras da Emissora; e

"EBITDA", o lucro ou prejuízo líquido, acrescido da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, depreciação e amortização da Companhia em bases consolidadas, relativo aos últimos 12 (doze) meses.

- (n) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (i) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data desta Escritura de Emissão; (ii) por determinação legal ou regulatória; (iii) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade; ou (iv) não provocar a alteração do *rating* da Emissão para um nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;
- (o) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nos documentos da Emissão e da Oferta, exceto se mediante prévia anuência dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade;
- (p) venda, cessão, locação ou de qualquer forma alienação ou promessa de alienação da totalidade ou parte relevante de ativos da Emissora, e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), sem a aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora;
- (q) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Debêntures ou desta Escritura de Emissão;
- (r) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos definidos na Cláusula IV desta Escritura de Emissão;
- (s) caso as declarações realizadas pela Emissora e em quaisquer dos documentos da Emissão e da Oferta sejam falsas, enganosas, incorretas, incompletas ou insuficientes, no momento em que foram prestadas;

- (t) transformação do tipo societário da Emissora;
- (u) pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, acima do mínimo obrigatório, caso a Emissora esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias assumidas nos documentos da Emissão;
- (v) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da respectiva notificação e que possa, impactar as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora ou de qualquer das Controladas Relevantes;
- (w) redução do capital social da Emissora exceto: (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, conforme permitido nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente aprovado pelos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade;
- (x) a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pelas Controladas Relevantes não sanadas e/ou contestadas em 30 (trinta) Dias Úteis;
- (y) a existência de decisão judicial ou de decisão administrativa ou arbitral que impeça a conclusão ou a continuidade da execução dos Projetos, cujos efeitos não sejam suspensos e/ou contestados em até 30 (trinta) dias contados do proferimento da decisão neste sentido;
- (z) cancelamento, revogação ou qualquer forma de extinção das Portarias, cujos efeitos não sejam suspensos e/ou contestados em até 30 (trinta) dias contados do cancelamento, revogação ou qualquer forma de extinção; e
- (aa) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, ou ainda sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou qualquer forma de aquisição compulsória por autoridade governamental de quaisquer ativos relevantes relacionados aos Projetos que resultem na comprovada impossibilidade de operação dos Projetos, cujos efeitos não sejam suspensos e/ou contestados em até 30 (trinta) dias contados de tal destruição, perda, sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou qualquer forma de aquisição compulsória por autoridade governamental.

**8.2.** A ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento indicados nas letras "a", "c", "e", "h", "j", "n", "o" e "w" da Cláusula 8.1 acima, observados os prazos de cura, valores mínimos e quóruns, conforme aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, e o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.



**9.2.** Na hipótese de ocorrência do disposto na Cláusula 9.1 acima, caso a classificação de risco posteriormente atribuída à Emissora e/ou a Emissão seja equivalente à Classificação de Risco da Emissora e/ou à Classificação de Risco Inicial da Emissão, respectivamente, por qualquer uma das Agências de *Rating*, o valor do novo *spread* ou sobretaxa aplicado à Remuneração das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 6.10 desta Escritura de Emissão, e após a apuração da taxa final a ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, será automaticamente diminuído em 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, para cada uma das séries, devendo neste caso ser realizado Aditamento a esta Escritura de Emissão para retificar a taxa da Remuneração das Debêntures, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou pela Assembleia Geral de Debenturistas.







- W

atribuir classificação de risco na modalidade *rating* às Debêntures ("Agências de Rating"), obrigando-se a: **(i)** manter a Agência de *Rating* contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures para que esta divulgue relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures com periodicidade, no mínimo, anual, tendo como base o último relatório divulgado, e mantenha atualizada, enquanto houver Debêntures em Circulação, a classificação de risco (*rating*) que venha a ser atribuída às Debêntures; **(ii)** permitir que a Agência de *Rating* divulgue relatório ou súmula de classificação de risco (*rating*) das Debêntures e suas respectivas atualizações em até 5 (cinco) Dias Úteis para o Agente Fiduciário; **(iii)** comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures; e **(iv)** caso seja necessário a substituição da Agência de *Rating*, por qualquer dos motivos expostos na Cláusula 5.6 acima, o procedimento de substituição deverá seguir o previsto na referida cláusula;

- (aa)** fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, declaração assinada pelo Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora, atestando: **(i)** que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; **(ii)** a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; **(iii)** a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário, especialmente com relação aos índices financeiros, com demonstrativo contendo descrição das rubricas e dos cálculos contemplados na Cláusula 8.1 letra "m"; **(iv)** que seus bens e ativos foram mantidos devidamente assegurados; e **(v)** que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- (bb)** adotar, durante o período de vigência das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelos Projetos;
- (cc)** permitir inspeção das obras dos Projetos por parte de representantes do Agente Fiduciário, e por terceiros contratados para este fim, às expensas da Emissora, mediante prévia solicitação dos Debenturistas da Terceira Série e dos Debenturistas da Quarta Série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, desde que tal inspeção seja realizada em horário comercial e avisada com 05 (cinco) Dias Úteis de antecedência, após a aprovação prévia da Emissora, aprovação esta que não deverá ser injustificadamente negada;
- (dd)** tomar todas as providências necessárias para garantir a conclusão e atendimento da finalidade dos Projetos;
- (ee)** enviar ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias, cópia das licenças de operação dos Projetos quando forem concedidas, durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (ff)** obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão referentes às Debêntures da Terceira Série e às Debêntures da Quarta Série, todas as autorizações, registros suficientes para a plena implantação e operação dos Projetos e a manutenção de sua existência e exercício regular de suas atividades, excetuada a hipótese em que ainda que estejam em período de renovação; e
- (gg)** contratar e manter vigentes as apólices de seguros de forma compatível com os padrões

Figure 1 displays 16 small plots arranged in a 4x4 grid, showing the spatial distribution of the number of species per 100 m². The plots are labeled with numbers 1 through 16. The top row (plots 1-4) shows a relatively uniform distribution of species. The second row (plots 5-8) shows a more heterogeneous distribution with some areas having higher species counts. The third row (plots 9-12) shows a highly heterogeneous distribution with many areas having zero species. The bottom row (plots 13-16) shows a very heterogeneous distribution with many areas having zero species and a few areas having high species counts.

**CLÁUSULA XI**  
**AGENTE FIDUCIÁRIO**

**11.1. NOMEAÇÃO.** A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

**11.2. DECLARAÇÕES.** O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iv) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (v) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (vi) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xi) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xii) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela

DECLARAÇÃO  
03 09 15

Emissora;

- (xiii) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: **(a)** 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, a ser convolada para a espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. ("3ª Emissão da Cachoeira Caldeirão"), com data de emissão em 15 de dezembro de 2014, em que foram emitidas 15.650 (quinze mil, seiscentos e cinquenta) debêntures, no valor de R\$156.500.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões e quinhentos mil reais), com data de vencimento em 15 de junho de 2030. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Cachoeira Caldeirão são garantidas por garantia fidejussória da Emissora e da CWEI (Brasil) Participações Ltda., conforme previsto na escritura de emissão; **(b)** 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA ("3ª Emissão da ESCELSA"), com data de emissão em 27 de agosto de 2014, em que foram emitidas 17.680 (dezesete mil e seiscentos oitenta) debêntures, no valor de R\$176.800.000,00 (cento e setenta e seis milhões e oitocentos mil reais), com data de vencimento em 27 de agosto de 2020. Até a presente data foi verificado eventos de amortizações programadas conforme previsto na escritura de emissão da referida operação, não tendo sido identificados qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da ESCELSA não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; **(c)** 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com data de emissão em 11 de abril de 2013, em que foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com data de emissão de 11 de abril de 2013, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com data de vencimento em 11 de abril de 2016. Até a presente data foi verificado evento de amortização e não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; **(d)** 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Energética do Jari – CEJA ("2ª Emissão da CEJA"), com data de emissão em 07 de outubro de 2013, em que foram emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, com data de emissão de 07 de outubro de 2013, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), com data de vencimento em 07 de outubro de 2018. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da CEJA são garantidas por garantia fidejussória pela Emissora, conforme previsto na escritura de emissão; **(e)** 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Lajeado Energia S.A. ("1ª Emissão da Lajeado"), com data de emissão em 25 de novembro de 2013, em que foram emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, no valor de R\$450.000.000,00



[illegible]

- 11.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

11.3.1. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto na Cláusula 11.6.6 desta Escritura de Emissão.

11.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das

2

HP

JUCESP  
03 09 15

Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observada a Cláusula 11.3.1 acima.

11.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

11.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser arquivado na JUCESP.

11.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente Aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

11.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

**11.4. DEVERES.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nos Códigos ANBIMA, nesta Escritura de Emissão, ou em qualquer outra norma aplicável, em vigor ou que porventura entrem em vigor durante o exercício de suas funções, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (v) custear: **(a)** todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o disposto na Cláusula 11.6.4 desta Escritura de Emissão; e **(b)** todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura





SECRETARIA  
DE ECONOMIA E FINANÇAS

de Emissão e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes nos órgãos de imprensa em que a Emissora efetua suas publicações;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate ou amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea “k”, itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (xv) colocar o relatório de que trata a alínea “xiv” acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório;
  - (c) na CVM;
  - (d) na BM&FBOVESPA;
  - (e) na CETIP; e
  - (e) na sede dos Coordenadores.
- (xvi) publicar, às expensas da Emissora, na forma prevista na Cláusula 6.20, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso (xv) acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, à CETIP e à BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, bem como verificar se os cálculos dos índices financeiros foram feitos à forma correta, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma



desta Escritura de Emissão, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (xx) divulgar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou *website* o cálculo do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pelo Agente Fiduciário e validado pela Emissora;
- (xxi) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (xxii) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xxiii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente de forma parcial, se for o caso;
- (xxiv) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (xxv) divulgar as informações referidas na alínea “j” do inciso “xiv” acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

**11.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente a cada série e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

Figure 1 consists of eight scatter plots arranged in a 2x4 grid. The top row represents the year 2000, and the bottom row represents the year 2005. The columns represent different regions: North, South, East, and West. Each plot has 'Number of children' on the x-axis and 'Number of adults' on the y-axis. The plots show a positive correlation between the number of children and the number of adults in a household. The data points are represented by small circles. The plots are labeled with the year and region in the top right corner.

11.5.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.5.5. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos índices e limites financeiros.

11.6.1. Na hipótese de ocorrer aquisição facultativa, Resgate Antecipado Facultado, Oferta de Resgate Antecipado ou vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme previstos nesta Escritura de Emissão, antes da Data de Vencimento das Debêntures, conforme o caso, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá, se assim solicitado pela Emissora, devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da





Year	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099
1990	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100										

11.7.5. As despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas de cópia dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sendo que no caso de despesa individual acima de R\$3.000,00 (três mil reais) o Agente Fiduciário deverá tão somente comunicar a Emissora que a despesa será efetuada, dentro dos padrões de mercado, apresentando as cópias dos respectivos comprovantes, e sempre respeitando os limites de razoabilidade.

## CLÁUSULA XII:

**12.1. REGRA GERAL.** Os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série, os Debenturistas da Terceira Série e os Debenturistas da Quarta Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de cada série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série", "Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série", "Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série" e "Assembleia Geral de Debenturistas da Quarta Série", respectivamente), computando-se em separado os Debenturistas de cada série, para fins de quóruns de convocação, instalação de deliberação.

12.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, computando-se em conjunto todos os Debenturistas, para fins de quóruns de convocação, instalação de deliberação.

**12.2. CONVOCAÇÃO.** A Assembleia Geral de Debenturistas, a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série e/ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Quarta Série poderão ser convocadas pelo: **(i)** Agente Fiduciário; **(ii)** pela Emissora; **(iii)** por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, conforme o caso das: **(a)** Debêntures em Circulação; **(b)** Debêntures da Primeira Série em Circulação; **(c)** Debêntures da Segunda Série em Circulação; **(d)** das Debêntures da Terceira Série em Circulação; ou **(e)** das Debêntures da Quarta Série em Circulação; **(iv)** ou pela CVM.

12.2.1. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série e/ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Quarta Série se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. Independentemente das formalidades legais de convocação, será considerada regular a assembleia a que comparecerem 100% (cem por cento) dos titulares, conforme o caso das: **(a)** Debêntures em Circulação; **(b)** Debêntures da Primeira Série em Circulação; **(c)** Debêntures da

SECRETARIA  
DE ECONOMIA  
FISCAL

Segunda Série em Circulação; **(d)** Debêntures da Terceira Série em Circulação; ou **(e)** Debêntures da Quarta Série em Circulação.

12.2.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas, as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, as Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série e/ou as Assembleias Gerais de Debenturistas da Quarta Série deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da respectiva convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas, a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Série e/ou a Assembleia Geral de Debenturistas da Quarta Série em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas e da Assembleia Geral de Debenturistas de cada série em primeira convocação.

12.2.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, pelos Debenturistas da Primeira Série, pelos Debenturistas da Segunda Série, pelos Debenturistas da Terceira Série e pelos Debenturistas da Quarta Série, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, das Debêntures da Terceira Série em Circulação e das Debêntures da Quarta Série em Circulação, independentemente de terem comparecido à suas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleia Geral de Debenturistas de cada série.

**12.3. QUÓRUM DE INSTALAÇÃO E MESA DIRETORA.** A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

**12.4. QUÓRUM DE DELIBERAÇÃO.** Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação de cada série, exceto deliberações relativas: **(a)** a Remuneração das Debêntures de cada série; **(b)** a Taxa Substitutiva IPCA para as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série; **(c)** a Taxa Substitutiva DI para as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série; **(d)** a Data de Pagamento das Debêntures de cada série; **(e)** o prazo de vencimento das Debêntures de cada série; **(f)** os valores e datas de amortização do principal das Debêntures de cada série; **(g)** os Eventos de Inadimplemento estabelecidos nesta Escritura de Emissão; **(h)** modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula; **(i)** alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula X desta Escritura de Emissão; **(j)** alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula XI desta Escritura de Emissão, desde que aprovada pelo Agente Fiduciário; ou **(k)** alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleia Geral de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula XII da Escritura de Emissão; as quais somente poderão ser propostas pela Emissora e aprovadas, em primeira ou segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



11.03.17  
03 03 17

12.4.1. Sem prejuízo do disposto acima: **(i)** especificamente em relação ao item “c” da Cláusula 12.4, as alterações poderão ser propostas pela Emissora e/ou pelos Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série e aprovadas, seja em primeira ou segunda convocação, por Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do somatório das Debêntures da Primeira Série em Circulação e das Debêntures da Segunda Série em Circulação; **(ii)** especificamente em relação ao item “b” da Cláusula 12.4, as alterações poderão ser propostas pela Emissora e/ou pelos Debenturistas da Terceira Série e Debenturistas da Quarta Série e aprovadas, seja em primeira ou segunda convocação, por Debenturistas da Terceira Série e Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do somatório das Debêntures da Terceira Série em Circulação e das Debêntures da Quarta Série em Circulação; e **(iii)** especificamente em relação ao item “a” da Cláusula 12.4, as alterações poderão ser propostas pela Emissora e/ou pelos Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série, Debenturistas da Terceira Série e/ou Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, e aprovadas, em primeira ou segunda convocação, por Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série, Debenturistas da Terceira Série e/ou Debenturistas da Quarta Série, conforme o caso, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do somatório das Debêntures da Primeira Série em Circulação, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, das Debêntures da Terceira Série em Circulação e/ou das Debêntures da Quarta Série em Circulação, conforme o caso.

12.4.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à(s) Assembleia(s) Geraí(s) de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na(s) a(s) Assembleia(s) Geraí(s) de Debenturistas.

### **CLÁUSULA XIII** **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

**13.1.** A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, na data de assinatura da Escritura de Emissão, que:

- (a)** está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias, de credores e regulatórias necessárias à celebração da presente Escritura Emissão, à Emissão e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;
- (b)** a celebração da presente Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes sejam parte, nem resultarão em: **(i)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; **(ii)** criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou **(iii)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c)** nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, além daqueles já obtidos

e exigíveis para a fase em que os Projetos se encontram, é necessário para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão e da Oferta, exceto: **(i)** pela inscrição da RCA Emissora e desta Escritura de Emissão na JUCESP, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão; **(ii)** pelo registro das Debêntures na CETIP; **(iii)** pelo registro das Debêntures na BM&FBOVESPA; **(iv)** pela análise prévia da Oferta pela ANBIMA, no âmbito do Convênio CVM/ANBIMA; e **(v)** pelo registro da Oferta na CVM;

- (d)** os representantes legais que assinam a presente Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e)** esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (f)** os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e aos Coordenadores são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (g)** os Prospectos e o formulário de referência da Emissora elaborado nos termos da Instrução CVM 480, incorporado por referência aos Prospectos ("Formulário de Referência"): **(i)** contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissora, de suas atividades e situação econômico-financeira, da Oferta, das Debêntures, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e **(ii)** foram elaborados nos termos da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, da Instrução CVM 480, do Código ANBIMA de Atividades Conveniadas e do Código ANBIMA de Ofertas, e estão disponíveis na página da CVM e da Emissora na internet;
- (h)** as informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, da Instrução CVM 480, do Código ANBIMA de Atividades Conveniadas e do Código ANBIMA de Ofertas, e disponível na página da CVM e da Emissora na internet, bem como aquelas incluídas no material de divulgação da Oferta e nos Prospectos são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (i)** as opiniões e as análises expressas pela Emissora no seu Formulário de Referência e no material de divulgação da Oferta e nos Prospectos em relação à Emissora e cada uma de suas Controladas Relevantes são: **(i)** elaboradas de boa-fé e consideram as circunstâncias materiais relevantes; e **(ii)** verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j)** as: **(i)** demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas e datadas de 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014; e **(ii)** as informações trimestrais da Emissora com revisão limitada e datadas de 31 de março de 2015

SECRETARIA DE ECONOMIA  
FISCAL  
DEPARTAMENTO DE FISCALIDADE DE RENDIMENTOS  
FISCAL

e 30 de junho de 2015, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras consolidadas mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;

- (k) a Emissora e suas Controladas Relevantes têm todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (l) a Emissora e suas Controladas Relevantes possuem justo título dos direitos e ativos necessários para assegurar as atuais operações e regular funcionamento da Emissora e de suas Controladas Relevantes, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente o regular funcionamento da Emissora e de suas Controladas Relevantes;
- (m) que seus bens e ativos e de suas Controladas Relevantes, considerados indispensáveis ao fiel desenvolvimento e operação das atividades da Emissora e de suas controladas, encontram-se devidamente segurados, de acordo com as práticas adotadas pela Emissora, exceto por aqueles que estejam em período de renovação;
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não está em curso qualquer Evento de Inadimplemento, da qual a Emissora tenha ciência;
- (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA e da Taxa DI, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures de cada série foi estabelecida por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio de boa-fé;
- (p) a Emissora é sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileira;
- (q) não possui qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão, nos termos da regulamentação aplicável;
- (r) exceto por obrigações que (i) estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas





**CLÁUSULA XIV**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**(i)** Para a Emissora:

**EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.**

Rua Gomes de Carvalho, 1996, 8º andar, Bairro Vila Olímpia  
CEP 04547-006 – São Paulo, SP  
At.: Sr. Cassio Carvalho Pinto Vidigal  
Tel: + 55 (11) 2185-5085  
Fax: + 55 (11) 2185-5167  
E-mail: cassio.vidigal@edpbr.com.br

**(ii)** Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca  
CEP 22.640-102 – Rio de Janeiro – RJ  
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Tel.: + 55 (21) 3385-4565  
Fax: + 55 (21) 3385-4046  
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

**(iii)** Para o Banco Liquidante e Escritura Mandatário:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara  
CEP 06029-900 – Osasco, SP  
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo  
Tel.: + 55 (11) 3684-7911 / 3684-2852  
Fax: + 55 (11) 3684-5645  
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

**(iv)** Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar  
CEP 20031-170 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel.: + 55 (21) 2276-7474  
Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481  
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou





SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DIRETORIA JURÍDICA

**14.5.** As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Oferta poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, respeitadas as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão, sempre que (i) tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA ou da CETIP; (ii) verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

**14.6.** Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**14.7.** Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

**14.8.** Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, respeitadas as disposições nela contidas, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

**14.9.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 17 de agosto de 2015.

*(RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.  
PÁGINAS DE ASSINATURAS A SEGUIR)*

[illegible]

Nome: **Henrique M.M.F.L. Freire**  
Cargo: **Diretor Vice-Presidente**  
**EDP - Energias do Brasil S.A**

Nome: Carlos Emanuel B. Andrade  
Cargo: **Carlos Emanuel Baptista Andrade**  
**Diretor Vice Presidente**







(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Quatro Séries, para Distribuição Pública, da EDP – Energias do Brasil S.A.)

TESTEMUNHAS

1. M. Falaguasta  
Nome: Mariana Ribeiro Falaguasta  
RG/Órgão Expedidor: 33.335.392-4  
CPF: 311.344.018-17

2. C. Murakawa  
Nome: Cleverson Murakawa  
RG/Órgão Expedidor: 268.649.628-22  
CPF: 28.901.618-6



JUCESP

